

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



PORTUGAL

VOLUME 28, 2007

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**DEFESA DA INDEPENDÊNCIA E IDENTIDADE DE PORTUGAL
NA LITERATURA APOLOGÉTICA DA RESTAURAÇÃO DE 1640:
O Sermão da Circuncisão do jesuíta Jorge da Costa**

Introdução: A União Ibérica

Em recente entrevista ao *Diário de Notícias*, o escritor José Saramago exprimiu a sua convicção de que Portugal acabará por se integrar política e economicamente na nação vizinha, com ressalva para a autonomia cultural, pois não se deixará de falar e escrever, pensar e sentir em português* ⁽¹⁾. Os ganhos iriam, por inteiro, para o desenvolvimento que dessa integração territorial resultaria, administrativa e estruturalmente, com cedência por Espanha apenas do nome, pois o espaço federativo criado passaria a designar-se de *Ibéria*. O tempo, esse pesado e inexorável cilindro, pulverizaria as memórias de Aljubarrota e do domínio filipino em seus dolorosos traumatismos. O debate sobre a união ibérica, que aqueceu a intelectualidade dos dois países peninsulares na segunda metade do século XIX, parece não ter perturbado desta vez, tanto como se esperaria, as elites políticas e pensantes portuguesas⁽²⁾. Não assim

* Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁽¹⁾ *Diário de Notícias*, ano 143, nº 50508 (15.07.2007), pp. 1-4.

⁽²⁾ Ver sobre a polémica de "A Questão Ibérica", in Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, vol. X, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, pp. 34-48 e 394-395; Maria da Conceição Meireles Pereira, *A Questão Ibérica. Imprensa e opinião (1850-1870)*, dissertação de doutoramento policopiada,

aconteceu na nação vizinha, a julgar pela reacção do matutino de maior prestígio e influência *El País* que, uma semana depois das polémicas declarações do Prémio Nobel português, dedicou as páginas 2 e 3 da sua edição de 22 de Julho à análise do tema, em crónica de Miguel de Mora, correspondente do jornal em Lisboa, sob o título: "La unión de España y Portugal, a debate"* * (3). Do inquérito pretextado, embora se anote que o fluxo comercial entre os dois territórios ascende a 24 biliões de euros, a conclusão tirada é a de que a maioria dos portugueses alega "razones prácticas para seguir siendo un estado libre" e acredita "imposible la profecía de Saramago de unión com España"(4).

Mesmo que os consabidos preconceitos do vulgo, cristalizados no adágio popular: "De Espanha nem bons ventos, nem bons casamentos", hajam perdido toda a agressiva acutilância como o dito do cónego bracarense, por ocasião da visita a Braga do Rei Afonso XIII, vincando que "Espanha e Portugal são países irmãos, e a Santa Madre Igreja não aprova o casamento incestuoso", verdade é que essa visceral desconfiança, como o articulista mui justamente recorda, cavou fundo durante os "cuatro siglos de espaldas" em que depois da Restauração de 1640 as duas nações mais ou menos têm vivido(5). Certo está, ainda, o Prof. Ramón Villares, catedrático de história na Universidade de Santiago de Compostela, ao "considerar que Portugal se há construído sobre una hiperidentidad nacional, que incluye un enorme recelo hacia España o, mejor dicho, hacia Castilla"(6).

O sermão e o pregador

A literatura apologético-política, que compreensivelmente eclodiu, a fim de justificar a legitimidade da revolta patriótica de 1640, é pródiga em textos oratórios, jurídicos e históricos, em que o apelo a essa irredutível identidade da pátria lusa surge como outro rio de profundas águas,

Porto, Faculdade de Letras, 1995, 2 vols., recomendando-se a consulta de "A Parenética e a Questão Ibérica. A condenação do Púlpito", vol. I, pp. 715*753.

El País, año XXXII (22.07.2007), pp. 2-3.

(4) *Ibidem*, p. 2.

(5) *Ibidem*, p. 3.

(6) *Ibidem*.

votados hoje a total ostracismo⁽⁷⁾. Eis por que não se afigurará despiendo nem inoportuno trazer à colação o *Sermão da Circuncisão* do inaciano Jorge da Costa, saído dos prelos em 1643, com todas as necessárias licenças e aprovações censórias⁽⁸⁾. Texto extenso, a roçar a centena de páginas, não podia verosimilmente ser de forma alguma, em sua inteireza, pronunciado no púlpito onde o pregador não devia ultrapassar a já mui generosa duração de uma a duas horas. Pertencia o P. Jorge da Costa, nascido em Azeitão em 1610, às fileiras da Companhia de Jesus e havia sido professor de Filosofia na Universidade de Évora, de que chegara a ser nomeado chanceler, e leccionado também humanidades e retórica nos colégios de Braga, Coimbra e Lisboa, para além de ser dextro em teologia, em que se doutorara, e exegese bíblica, como de sobejo mostra em soporativas arguências, afeiçoadas por subtilezas e engordadas pelos conceitos predicáveis e lugares comuns de obrigatório uso na oratória barroca que, ao tempo, imperava. Entregara-se largos anos, no Alentejo, ao ministério das missões populares. Lisboa, onde faleceria em 1688, conhecera suas empenhadas campanhas de socorro aos mais pobres, para o que recebia avultadas dádivas de D. Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra, que sobremaneira o estimava⁽⁹⁾.

[^] Ver: João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Restauração, 1640-1668*, vol. II, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica /Centro de História da Universidade do Porto, 1989: "Sondagem estatística da Literatura apologética e polémica da Restauração", pp. 493-504; "Sinopse cronológica dos Sermões, manuscritos, impressos e orais", pp. 459-478.

⁽⁸⁾ *Sermão da Circuncisão do senhor /misteriosa alegoria/a Portugal Resgatado. / Em políticos juízos, prudente. / Em advertendas de estado, aceita. / Em prevenir riscos, cautelosa. / Em subtilezas, enganosa / Em novidades, aprazível. / Em felicidades, venturosa. / VNICA. / Pera conservar a redenção / Portuguesa. Com todas as licenças necessarias. / EM LISBOA. / Na Oficina de Lourenço de Anveres. An. 1643. / In 4º, [4] + 99 pp., caracteres romanos e itálicos. Citaremos por Sermão.*

⁽⁹⁾ Ver: Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, reed. dir. por Manuel Lopes de Almeida, vol. II, Coimbra, Atlântida Editora, 1966, pp. 801-805; Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, IV, p. 167; António Franco, *Imagem da Virtude em o noviciado da Companhia de Jesus de Lisboa, Coimbra, Oficina do Real Colégio das Artes, 1717*, p. 970; P. António Vieira, *Cartas*, vol. II, coord. e anot. por João Lúcio de Azevedo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 307; Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, vol. III/1, Porto, 1938, p. 143 e passim; João Pereira Gomes, *Os Professores*

Na actuação patriótica quase unânime do púlpito em apoio ao golpe restaurador da manhã do primeiro de Dezembro, alinhou ao lado de proeminentes vultos da ordem, como António Vieira e Diogo de Areda, e de franciscanos, como Cristóvão de Lisboa e Francisco de Santo Agostinho de Macedo, do beneditino Bernardo de Braga, do cisterciense Luís de Sá, dos dominicanos, Lopo Soares e Fernando Sueiro, dos carmelitas Manuel das Chagas e Nuno Viegas, do eremita agostiniano Cristóvão de Almeida, do trinitário José da Assunção, do teatino italiano Ardizzone Spinola e do secular Lourenço Vivas⁽¹⁰⁾. O importante escrito parenético do P. Jorge da Costa, oriundo muito provavelmente de uma pregação feita a 1 de Janeiro, na festa litúrgica da Circuncisão de Cristo, seria depois em larga medida reformulado e convertido no opúsculo apologético impresso sob o título de *Sermão da Circuncisão* - pertinente contributo, a duplicar, em órbita mais larga de destinatários, a intervenção oral do mesmo teor porventura feita em Lisboa num recinto sagrado de nomeada⁽¹¹⁾.

O momento histórico que o país atravessava, de aberta hostilidade à coroa espanhola, era militarmente traduzido em incursões e escaramuças fronteiriças por todo o cordão raiano⁽¹²⁾. Contingentes armados apressadamente recrutados empenhavam-se em resistir e fazer respeitar a soberania de D. João IV monarca aclamado. Lógico se afigurava que o *patos* do discurso, animado de natural acutilância apologética, apelasse ao levantamento da nação, a fim de selar com o sangue a recuperada autonomia, após sessenta anos de domínio castelhano que, ao comum sentir, merecia a designação de cativo. Ajustavam-se, por isso, os conteúdos conceptuais dos dois significantes - *libertação* e *resgate*, com insistência repetidos pelo pregador - à simbologia da festa litúrgica, acomodada

de Filosofia na Universidade de Évora (1559-1759), Évora, Câmara Municipal, 1960, pp. 329-331; J. Francisco Marques, *ob. cit.*, vol. II, pp. 350-351.

a°) Ver o elenco dos pregadores da Restauração in J. Francisco Marques, *ob. cit.*, vol. II, pp. 323-415.

⁽¹¹⁾ Não se encontra, nem no rosto ou na panóplia da edição de 1643, nem na reedição de 1675, qualquer indicação onde houvesse sido proferido.

⁽¹²⁾ Ver sobre o tema: Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, vols. I e II, Porto, Livraria Civilização, 1945; Fernando Dores Costa, "A Primeira Fase da Guerra 1641-1646", in *A Guerra da Restauração 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 23-66; Gabriel do Espírito Santo, "Pressão nas fronteiras e no império", in *Batalhas da História de Portugal. Restauração 1640-1668*, Matosinhos, Edições QuidNovi, 2006, pp. 80-94.

aos imperativos da hora que a grei vivia. De resto, ao P. Jorge da Costa não faltava cultura teológica e escriturística para muscular a matéria doutrinária e retórica de um discurso alegórico e moralista. Mas, se no rosto do sermão nenhuma referência é feita ao local onde porventura o mesmo teria sido pregado, anunciam-se expressamente os tópicos que condicionam a teia estruturante - "misteriosa alegoria a Portugal resgatado" - em que foi concebido. Entendeu o autor compendiar esta, como aponta: "Em políticos juízos, prudente; em advertências de estado, acertada; em prevenir riscos, cautelosa; em subtilezas, engenhosa; em novidades, aprazível; em felicidades, venturosa". Espécie de chave que enfatiza de ÚNICA, para conservar a redenção portuguesa. Volvidos mais de trinta anos, em 1675, ainda se julgava útil uma reimpressão que saiu da oficina tipográfica lisbonense de António Rodrigues de Abreu e o mercador de livros Manuel Lopes Ferreira custeou, assegurando-lhe também a venda.

Retirou o autor o tema do segundo capítulo do Evangelho de S. Lucas⁽¹³⁾ que consagra algum espaço "ao nascimento e infância de Cristo, sendo a circuncisão particularmente referida. Este rito iniciático do judaísmo, obrigatório para toda a criança varão, era assinalado por um pequeno corte e derramamento de sangue e pela atribuição oficial do nome ao recém-nascido, então de oito dias⁽¹⁴⁾. O simbolismo da cruenta cerimónia permitiu ao pregador uma extensa como repetitiva glosa à volta do sangue vertido e do nome de Jesus pelo céu indicado para lhe ser dado, segundo a narrativa evangélica. Toda a inventiva retórica encontrava apropriada acomodação no momento crucial que a nação vivia, empenhada em defender a restaurada autonomia. Se os alvires políticos eram óbvios, deviam ser convincentes quanto à pertinência das razões centradas no objectivo imediato: deter nas fronteiras os

⁽¹³⁾ Postquam consumati sunt dies octo, ut circumcideretur Puer, vocatum est nomen eius Iesus, quod vocatum est ab Angelo, priusquam in utero conciperetur. [Depois que se completaram os oito dias para ser circuncidado o menino, foi-lhe posto o nome de *Jesus*, como lhe tinha chamado o Anjo, antes que fosse concebido no seio materno. Lc. 2,21].

⁽¹⁴⁾ A circuncisão consiste na ablação do prepúcio, praticado entre os israelitas no oitavo dia após o nascimento. Era o rito de entrada na comunidade e o sinal de pertença ao povo de Deus (Gen. 34,14-16). O dia da Circuncisão, 1 de Janeiro, é consagrado a Cristo que, segundo a liturgia, como Rei do universo oferece as primícias do seu sangue redentor pela salvação da humanidade pecadora.

ataques do exército castelhano, destinados a aniquilar o sucesso da revolta separatista.

Recorrendo à exegese alegórica da passagem bíblica da circuncisão de Cristo que conota com o início da redenção da humanidade a consumir na morte sangrenta da cruz, o P. Jorge da Costa procurou dela aproximar a redenção de Portugal operada pelo feito patriótico do 1º de Dezembro de 1640, pois em ambas forçoso se tornara o sangue correr. A liberdade que a nação lusa principiava a gozar com seu rei natural D. João IV soava como resgate do jugo castelhano durante 60 anos ansiado e ao Céu pedido. Por isso, a libertação fora prodigiosa por devida à intervenção de Cristo crucificado que despregara a mão da cruz, na procissão de acção de graças em Lisboa, naquela manhã gloriosa, para abençoá-la, bem como para servir de penhor pelas glórias de há séculos aguardadas: "a glória de Portugal é tão grande, que ainda que não esteja de todo possuída, já parece que nos faz gloriosos, pela imaginarmos esperada"⁽¹⁵⁾. Era o cumprimento da promessa do império do mundo que, de forma velada, se lembrava. Porém, para conservar e aumentar os bens presentes, seria inevitável que o sangue corresse nas fronteiras. Todo o discurso oratório estrutura-se, assim, no sentido de constituir um apelo veemente e uma justificação eficaz à defesa dos lugares fronteiriços. Se a redenção de Portugal foi *prodigiosa*, porque teve obra do poder divino a autorizá-la, precisava de ser muito *industriosa*, para se ver coroada de êxito. Ora essas "custosas indústrias" importariam ser traduzidas numa governação prudente e vigilante, sustentada com total generosidade pelo esforço militar, a fim de se assegurar a independência reavida⁽¹⁶⁾. No cruzar de alvitres, traduzidos em advertências e conselhos, o P. Jorge da Costa lembra a origem sagrada do reino, que Deus escolheu entre os demais povos da terra para um destino glorioso, e como este se tinha vindo heroicamente a construir com honra e valentia. Por isso, a nação devia encontrar, nesta fidelidade, o motivo e o ânimo para o combate sangrento em que, naquela hora, estava empenhada. A independência, de que Portugal se orgulhava e gerira em tranquila posse, assentava antes da união a Castela numa entidade nacional durante séculos alicerçada. As advertências políticas que o autor faz e deseja ver tomadas em conta,

(15) *Sermão*, p. 8. Em todas as citações actualizámos a ortografia.

(16) *Ibidem*, pp. 9-10.

se constituem cautelosas medidas ditadas pelos circunstancialismos de um presente inseguro, aparecem entremeadas com a memória dos factores históricos e míticos que forjaram a identidade portuguesa cada vez mais diferenciada da nação vizinha de cuja soberania, que fora objecto de crescente rejeição, acabou, mercê da revolta de 1640, por se libertar.

Advertências políticas, defesa das fronteiras, ideossincrasia

São assim pontuadas as conjunturais *advertências* destinadas a prevenir riscos. A primeira é a de que o estar certo da ajuda de Deus não dispensa o "brigar como homens", ou seja: "a assistência há-de ser divina, e a indústria há-de ser humana"⁽¹⁷⁾. Reitera, ainda, o apelo às próprias forças ao insistir: "Tenha, como tem, Portugal a Deus por si na realidade, mas imagine que o não tem pera conservar sua liberdade, pera que, como desamparado da protecção divina, meta todo o resto da possibilidade humana". Paráfrase, no fundo, do adágio popular: "Fia-te em Deus e não corras, e verás o tombo que levas". Recorrendo à rubrica evangélica, faz, de imediato, nova advertência: "não havemos de confiar tanto no que fomos no passado, pera que nos não descuidemos nas indústrias de presente, e que havemos de confiar no que fomos, pera conservar o que temos"⁽¹⁸⁾. O exemplo do bíblico David serve, a propósito, de ilustração, dado que as suas aventuras de guardador de rebanhos que o levaram a enfrentar feras animaram-no depois a cometer empresas temerárias, como a de desafiar o gigante Golias, temível guerreiro filisteu. E a intenção da alegoria aparece, assim, escudada na exaltação dos feitos pátrios que tornaram gloriosa a nação lusitana: "Grande no mundo foi o nome de Portugal, mas as grandezas antigas não nos hão-de de desacautelar na solicitude do presente, e a solicitude do presente há-se de alentar pela magestade passada, pera que as confianças nos animem, e as desconfianças nos acautelem"⁽¹⁹⁾. Daqui se depreende a palavra de ordem: "no combate havemos de entrar confiados, pera alentados não temer; e desesperados, pera com eficácia executar"⁽²⁰⁾. A fim de consegui-lo,

⁽¹⁷⁾ *Ibidem*, p. 10.

TM *Ibidem*, p. 12.

^m *Ibidem*, p. 13.

⁽²⁰⁾ *Ibidem*.

continua o pregador, importa pensar que, se a liberdade fora obra mais de Deus que dos homens, isso "não só nos há-de empenhar a que obremos as mores valentias, mas que cheguemos a fazer milagres pela conservar", operando tais "milagres, como se fôramos divinos"⁽²¹⁾.

Colada à verdade de fé católica respeitante às duas gerações de Cristo, a divina e a natural, que em rigor, segundo "escrupulosa teologia", foram dois nascimentos, "um eterno e outro no tempo" - e neste último Jesus menino pôde "não só ostentar brios de valentia, mas empreender acções de prodigioso, meneando estrelas no Céu, avassalando Reis no Oriente, movendo pastores ao conhecer, derramando sangue alcançando nome glorioso" -, irrompe, no fio do discurso, a mítica evocação da origem sagrada do reino luso: "Assim Portugal há muitos anos que nasceu no campo de Ourique, na valentia da espada do seu progenitor Afonso I e há dois anos que tornou a nascer em Lisboa, na felicidade de seu restaurador D. João o IV". E, sentencioso, o orador recomenda: "Pois Reino que tem nascimento tão antigo, ainda que tenha renascimento tão moderno, bem pode entre anos de menino, empreender aventuras de varão, e assombros de prodigioso. Bem pode granjear Reis por amizade, ou avassalados, por poder; bem pode trazer ao reconhecimento de sua Coroa pastores, e entre eles ao maior de todos"⁽²²⁾; "bem pode derramar sangue nas fronteiras, e alcançar aquele nome antigo, de quem o mundo todo tremeu, por guerreiro, e respeitou por vitorioso. Enfim, bem pode, passando as arraias da valentia humana, alentar a confiança em Deus, pera que rompa em prodígios divinos"⁽²³⁾.

A dinâmica da consabida promessa da teofania de Ourique, através do reaparecimento do rei natural na décima sexta geração - tópico da esperança durante o domínio filipino - ganha pertinente acomodação quando ligado à essência teológica do ministério de Cristo redentor em que "Deus poderoso, encarnando em uma humanidade fraca, por benefício da união hipostática, alentou essa humanidade, a obrar

⁽²¹⁾ *Ibidem*, p. 16.

⁽²²⁾ Há aqui uma alusão ao Papa Urbano VIII (1623-1644), então o pontífice romano que por fortíssima pressão de Espanha resistia a reconhecer a independência de Portugal, o que só veio a acontecer em 1670, no pontificado de Clemente X (1670-1676). Ver J. Francisco Marques, *ob. cit.*, vol. II, p. 633 (índice onomástico).

⁽²³⁾ *Sermão*, p. 17.

milagres prodigioso⁽²⁴⁾. Acentua, por isso, o P. Jorge da Costa a alegorização do dogma da encarnação ao referente pátrio através de uma barroca argúcia antitética de lúdico recorte: "Assim também aquele antigo Portugal valente, incarnou, ou uniu-se a Portugal debilitado; e por respeito desta união se há-de animar não somente a fazer proezas, mas ainda a tentar milagres, pera se defender. O nosso Portugal o velho, que tantos anos há tinha nascido, e tantas vezes era suspirado, renasceu haverá dous anos em Lisboa. E assim Portugal o novo por isso há-de fazer maravilhas, porque há-de obrar à sombra de Portugal o velho, cujas heroicas obras, por serem tão estupendas, avaliavam as nações estranhas, mais por milagres de Deus, do que por valentias dos homens. E como Portugal o velho renasceu em Portugal - o novo, não pode deixar de empreender maravilhas, ou para restaurar sua liberdade, ou pera conservar sua salvação⁽²⁵⁾. Daqui infere um duplo alvitre: deve o país ser governado com experiências de velho e valentias de moço e sem interferência de valido nem conformidade com o espírito de rei castelhano - recusa que correspondia à condenação e ruptura com o sistema perfilhado pela administração espanhola enquanto vigorara a união das duas coroas.

O eclipse do nome de Jesus na narrativa evangélica relativo ao tempo em que esteve no seio da Virgem Mãe, embora já o tivesse antes de ser concebido e o recebesse na circuncisão, é subtileza retórica a que o orador recorre, a fim de justificar o apagamento de Portugal durante a anexação filipina e proclamar suas glórias passadas cujo cume fora a expansão ultramarina. De resto, por mais imenso que fosse um nome, era fatal o que acontecera: nem o de Jesus podia aparecer, "porque andava escondido, e quase sepultado em umas entranhas", nem o nome português "se mostrava, porque andava sepultado nas entranhas de Castela". Porém, até se consumir essa incorporação era tão grande o nome de Portugal que, "não cabendo nas esferas de nosso Reino, entrou vitorioso na mesma Castela; passou a África; navegou o Oceano; descobriu o Atlântico; aportou no índico; embocou no Arábico; desembarcou no Pérsico; povouo América; conquistou Goa; fez tremer Cambaia; avassalou Ceilão, saltou em Pegú; não coube em Sião; assombrou Pérsia; atemorizou Arábia; ²⁴ ²⁵

(24) *Ibidem.*

(25) *Ibidem.*

espantou Etiopia; rendeu a Diu; fez pasmar Chaul; escalou Malaca; venceu as Molucas; retumbou no Cataio; soou na China; penetrou o Japão: enfim, era tão grande, que lhe foi o mundo pequeno". Aqui se interpõe a visão providencialista da história humana, imanente à mentalidade religiosa do tempo, que pauta o triunfo e o declínio dos impérios ligando-os à fidelidade e à desobediência da lei divina: "Mas assim como Deus, pelos pecados do mundo, veio a recopilar sua imensidade em o claustro virginal de uma donzela, assim Portugal, por seus pecados, veio a cifrar sua grandeza, que não cabia no mundo, em as entranhas de Castela, onde andava tão escondido, que parece que já não havia nome português. E se o nome de Jesus, com ser tão grande não aparecia, só por andar nas entranhas de uma Mãe tão santa, como havia de aparecer o nome Português, andando encerrado nas entranhas de uma madrastra tão perversa?"⁽²⁶⁾. A desgraça residiria na sujeição de um homem ao governo de uma mulher, que isso bastou, a semelhança de Sansão cativo dos afagos de Dalila, para ser tratado como menino⁽²⁷⁾.

Recupera, no entanto, o discurso a exaltação de Portugal na recorrência à masculinidade do seu nome que respira dignidade e força, ao contrário do da nação vizinha de cujo domínio acabara de se libertar: "sendo Portugal um Reino tão varonil, que até o nome tinha de macho, *Portugal*; e Castela tão fraca, que até o nome tinha de fêmea, *Castela*". Para prova nada melhor encontra do que as trovas de Bandarra - "o texto dos vaticínios Portugueses, a quem o sucesso dos tempos presentes tem canonizados por prodigiosos" - que cita na passagem mais azada a seu intento:

"Portugal é nome inteiro,
Nome de macho se queres,
Os outros Reinos mulheres,
Como ferro sem azeiro"⁽²⁸⁾.

Em reforço oportuno da premissa anunciada, evoca o P. Jorge da Costa a dinâmica factual do sebastianismo. Moldável por sua deriva heterodoxa à voragem dos anos, pois o rei natural esperado podia bem ser, sem atropelo do direito, e em inteira concordância com o prometido

⁽²⁶⁾ *Ibidem*, p. 21.

⁽²⁷⁾ *Ibidem*.

wIbidem, pp. 21-22.

em Ourique, o legítimo descendente do ramo brigantino, sacrificado, em 1580, na corrida ao trono pelo rebento filipino que fora, então, tirano *de facto* e se mostrara, na governação imposta, *de exercício*: "Mas nesses mesmos vilipêndios de menino conservou sempre Portugal grandes brios de varão, anhelando a sua liberdade, desejando um Rei encoberto com disfarces de outro perdido". E, prossegue o orador, "ainda que se sujeitava a Castela, de tal modo que parecia menino, sempre luziam nele não sei que magestades de varão, quando, com desejos de um Sebastião perdido, fomentava esperanças de um João disfarçado."⁽²⁹⁾

Os motins de Évora de 1637, se mostraram que Portugal estava sujeito a Castela como "menino", eram prova de que "não lhe faltavam valentias pera isentar como homem, pera se ensaiar como Redentor pera aquela liberdade com que seus Reis ou pais o criaram, que se bem eram Reis por majestosos, eram pais por afabilidade". Acentua o orador que nesses três anos de intervalo, mesmo que o reino andasse "metido nas entranhas de Castela, obrou tantas maravilhas, pera descobrir" esse João encoberto na tapada de Vila Viçosa que, resistindo por modéstia a tantos desejos do reino, acabou por aceder à porfia da demanda, tornando-se, "não precursor da nossa liberdade, mas Redentor de nosso cativo". Foi esta a porta por onde irromperam os brios que haviam de "restituir por inteiro aquele antigo nome português" que "andava quase de todo perdido"⁽³⁰⁾. Importará, no entanto, atender, à semelhança do que se passara com Cristo, "que pera se lhe dar o nome, que dantes tivera, houve tempo, houve circunstâncias, houve sangue". Esta é mais uma oportuna advertência que vai directa à acção política no sentido de se "temperar zelos impacientes que, se são indiscretos não conservam, mas perturbam". A chamada de atenção visa recalcar o "ódio refinado" dos que se impacientam ao ver o reino resgatado não ainda recuperado daqueles "brios quando de todo era Portugal"⁽³¹⁾. No exemplo de Judas, ao opinar sobre o gesto de Madalena que derramou "unguentos preciosos" sobre os pés de Jesus, descobre o P. Jorge da Costa um zelo

⁽²⁹⁾*Ibidem*, p. 22. Sobre a problemática da tirania *defacto* e *de exercício* e a justificação dos direitos de D. João IV e do sebastianismo ortodoxo e heterodoxo: do *encoberto-desejado* ao *libertador-esperado*, ver J. Francisco Marques, *ob. cit.*, vol. II, pp. 31-83 e 147-165.

⁽³⁰⁾*Ibidem*, p. 24.

⁽³¹⁾*Ibidem*, p. 25.

levado ao excesso por detrás de "aleivosias" de traição que se vendem a coberto das mais justificadas fidelidades⁽³²⁾. Há, portanto, que dar tempo ao tempo, já que, "quem se empenha em obras de uma redenção, bem pode mostrar alguns vagares, com que preveja os riscos cuidadosos". Os símiles bíblicos caem-lhe da boca com oportuna propriedade. Aqui cita Moisés para observar que ao mostrar-se vagaroso e acautelado no resgate do seu povo da terra do Egipto, se empenhava a obtê-lo com sucesso. Foi esse o caso presente de Portugal restaurado, "porque obras de redenção são arriscadas, e quem se mete nelas, de força há-de ter vagares, pera prevenir os riscos que ocorrem"⁽³³⁾. Tais prudências se dispensariam em façanhas em que entrasse "como poderoso, como liberal, como sábio, como grandioso", o que não acontecera. A atmosfera vivida no reino era terreno perigosissimamente armadilhado de defecções disfarçadas e traições declaradas de nobres, eclesiásticos, magistrados e mercadores. Nada para admirar, lá vai insistindo no debitar sentencioso, porque, nestas "obras de redenção", a traição é por demais certa. Vêm mesmo dos "mais validos", como era Judas, pelo que não há-de o monarca redentor "temer tanto os inimigos pera fugir, quanto traidores para se acautelar", pois "no mesmo prato em que come a mor privança come também a mor aleivosia", pelo que deve, "advertido", ir "tomando tempo pera estudar cautelas, e multiplicando desvelos, pera prevenir riscos futuros"⁽³⁴⁾.

Dependiam a credibilidade do governo de D. João IV e, por consequência, a de Portugal de novo independente da forma como o país agisse nos negócios correntes do reino em que o despacho das mercês nem fosse feito como mera rubrica a formalizar o despacho solicitado pelos validos, nem por requerimentos esquecidos "em uma secretaria, como em cova sepultada". Impõe-se o equilíbrio: nem vagaroso que soe a tirania, acrescentando ao "tormento dos vagares" o "desengano da escusa, antes, se possível, rápido, porque se aflige a negação, consola ao menos o que se ganha, a saber, perdas de tempo e dispêndios da bolsa"⁽³⁵⁾. Para fortalecer a confiança colectiva, elogia, na circunstância, a actuação de D. João IV que "tem feito algumas coisas de mor lustre com tão grande pressa que, como querem dizer, nem ainda deu parte

(32) *Ibidem*, p. 26.

(33) *Ibidem*, p. 27.

(34) *Ibidem*, p. 29.

(35) *Ibidem*, p. 32.

a ministros mais desvelados"; e noutros remete para os "tribunais de seus ministros". Mas, como a estes preside, assim se mostra "como se despachara tudo"; e, assim, "parece mais ministro de todos os tribunais que Rei de uma Monarquia"⁽³⁶⁾.

Não perde, porém, o discurso a oportunidade de esgotar este *topos* das esperas, acautelando-se, na crucial conjuntura, as defecções de timoratos e hesitantes continuando a recorrer, como a prática do sermão barroco oferecia, a citações de lugares escriturísticos afins, condimentadas com as habituais argúcias conceitistas e empolamentos cultistas. Daí os seis dias da criação do mundo e os seis milénios da espera pela redenção; os trinta e três anos de dilacões de Cristo para resgatar a humanidade, "sem nunca mostrar que se afligia com as esperas que lhe restavam por esperar". O motivo, no parecer do orador, é quase evidência: se "uma redenção, ao longe, admite vagares, sem que molestem", quando "à vista, nem a um bojo divino [...] permite descanso para sofrer breves esperas", concedendo apenas "três horas de espera para de todo se coroar" como redentor⁽³⁷⁾. E expressa, assim, a acomodação cogeminada: "Portugal, enquanto somente esperou sua liberdade, pôde conservar as esperanças em sessenta anos de espera; mas agora depois de ver com os olhos sua liberdade, se se descuidar só três dias, advirta que pode ocasionar com esta demora a alguns, que não são muito fiéis, que se percam por desesperados; porque uma redenção que já se viu, não admite o menor descuido para se consumir"⁽³⁸⁾. Aproveita o autor uma inflexão sibilina, inspirada no exemplo de Cristo - que, após fugir "muitas vezes do título de Rei, só o quis aceitar nos mores apertos de sua cruz" - para aludir à decisão do monarca restaurador que só aceitou a coroa numa altura em que o reino estava em maior angústia, e tal hora era a da execução do vaticínio messiânico de vir a dilatar um "Império sem termo"⁽³⁹⁾. Mas a analogia serviu-lhe, sobretudo, para recomendar os sacrifícios naturais que toda a nação necessitava fazer à imitação do procedimento sóbrio do soberano aclamado: "Se Portugal, por poderoso, quer chegar a não caber no mundo, como antigamente não cabia, chegue a circundar as superfluidades, como nos tempos antigos

⁽³⁶⁾ *Ibidem*, p. 35.

wIbidem, pp. 36-37.

⁽³⁸⁾ *Ibidem*, p. 38.

Ibidem, pp. 38-39.

fazia. Amoesto aos Portugueses com aquelas palavras de Cristo: Luc, 12. *Sint lumbi vestris praecincti, et lucernis ardentis in manibus vestris*^m. Haja apertos próprios nos trajos, nos regalos, nas demasias, e logo, como por consequência, luzirão as mãos, ou raios das espadas Portuguesas com aquelas ilustres façanhas com que antigamente resplandeciam ainda debaixo do mesmo polo, donde não abrangia a luz do dia". E, com mais ênfase, incita os que o ouviam ou leriam: "Não tema Portugal circuncidar-se no supérfluo por estar de dous anos renascido, que nem o Menino temeu a Circuncisão estar nascido de oito dias. Aprenda Portugal de Sua Majestade que não somente no trato de sua Real pessoa circuncida o supérfluo, mas ainda corta pelo que parece necessário, porque Rei, que há-de propagar Impérios com luzimento de obras heroicas, há-de viver pelos maiores apertos regulado"⁽⁴¹⁾. É curioso notar que, reconhecendo os grandes apertos em que o reino vive, recomenda a D. João IV que reate as antigas itinerâncias pelo país, importantes para reactivar o ânimo dos povos, pois não se "podem conservar impérios com lustre, se o Príncipe não anda em roda viva, pera ver frequentemente seus vassalos, vendo com seus próprios olhos as esferas de seus estados, que por isso a monarquia do Sol anda tão bem governada, porque ele tão frequentemente a passeia"^{40 41 (42)}. Reforça o conselho com o exemplo do imperador romano César Augusto que não deixou de correr o seu extenso Império "por si mesmo, pera que com a presença de suas luzes fizesse toda lustrosa" a sua esfera. Apenas não basta "que um Rei, ou Reino, que aspira a ser cabeça do mundo, se contente só com se apertar, se não que ainda há-de apertar até os mesmos apertos". Argumento que retém pelo pretexto oportuno de lembrar ao monarca a solidariedade com o bem colectivo e a subordinação dos interesses particulares aos imperativos do geral. A razão reside em que "um Rei não é tanto pera si, como para os outros". Por isso, "não se há-de apertar com os apertos que ele quer, senão ainda com aqueles que parece que não quer, somente porque os querem seus vassalos". Tal filosofia política, assente no axioma de que o poder é dado e deve ser exercido para servir a comunidade, leva-o a sublinhar que o rei, "se há-de ter uma vontade própria como homem", há-de possuir

(40) Estejam cingidos os vossos rins, e nas vossas mãos lâmpadas acesas. Lc. 12,25.

(41) *Sermão*, p. 40. Alusão à teoria geocêntrica.

(42) *Ibidem*, p. 41.

"outra comum como Rei, e sempre a vontade se há-de regular pelo que manda a comum"; isto é: "aqueles que parecem mais convenientes ao bem comum de seus estados, ainda quando encontrarem sua vontade particular"⁽⁴³⁾. A ideia-chave, extraída do rito da circuncisão de Jesus e sublinhada na teologia da encarnação, que equaciona ao considerá-lo rei e redentor, continua a ser um filão comparativo precioso e se destina a desfiar o rosário dos conselhos políticos que pretende transmitir. É nesta linha que se alonga o P. Jorge da Costa, agora para louvar a atitude do monarca reinante que Deus dera a Portugal por "Rei e Redentor", pois "como Rei chega a cortar pelos faustos de sua Corte, e como Redentor chega a cortar e apertar por sua Real pessoa", a ponto de concluir que "aperta suas cousas, como Rei, pera dilatar Portugal; e aperta-se a si, pera remir todos os Portugueses"⁽⁴⁴⁾. Atido à imagem de Cristo em seu ofício de redentor, em que a morte afrontosa foi aceite mesmo achando que ela o desautorizava, atropelando-lhe "créditos de poderoso, e arriscando a opinião de sua própria divindade", adverte o orador ser necessário pôr de lado prosápias altivas, estribadas em nobrezas de sangue e postos de comando a receber, quando o desprendimento humilde se impõe por mais conveniente à hora de luta em que o reino está mergulhado. Assim o afirma: "Os que em Portugal se prezam de ser Redentores não somente hão-de cortar por si, mas também pelos pontos de honra. Não somente hão-de servir com grandes riscos da pessoa, mas ainda com menoscabo no crédito". Neste particular, desce à concretização: "o que se imagina, que se lhe devia ser capitão, não se peje de servir de soldado raso; o que aspirava a mestre de campo, contente-se com a gineta; o que podia ser General, não se afronte de servir em praça de menos porte, porque uma redenção não se conserva conservando pontos de honra, senão descendo aos mais baixos pontos do desprezo". E termina por vincar: "Não se efectúa uma redenção por títulos a Deusados, com que nos fazemos magestosos, senão por razões tão humildes, que cheguem a desacreditar-nos". De dedo apontado a Cristo que se humilhou até à morte afrontosa no madeiro da cruz, reforça o pensamento ao afirmar: "uma redenção não se efectúa por um Deus que só se sabe adeusar

⁽⁴³⁾ *Ibidem*, p. 42.

⁽⁴⁴⁾ *Ibidem*, p. 44.

com Majestades divinas, mas por um Deus que se sabe abater com vilipêndios humanos^{//(45)}.

O paralelismo entre fundar um reino e remir um reino sujeito a outro é aproveitado para acentuar a ideia da obrigação de se pôr de parte emulações fúteis e vaidades ocas: "se a redenção de Portugal se houvesse de conservar por talentos adeusados, não faltariam em Portugal fidalgos que como majestosos, como sábios, como poderosos, enfim, a la grande, [sic] se empenhassem em nosso resgate; mas como uma redenção se efectúa mais por atributos humildes, do que por atributos de majestade, hei medo, mas não o posso afirmar que haverá porventura ainda em algum algumas dificuldades que, quando não impeçam, ao menos esfriem a conservação de nossa liberdade". Este receio que não esconde, embora disfarce, ao acentuar que o amor da pátria se vê em todos não o impede de reconhecer que a fidalguia deles nasce de não se contentarem "com serem os maiores do mundo, como são, mas com uma idolatria aspiram a ser adeusados". Assemelham-se, dessa forma, a Lucifer, "o mais nobre fidalgo do mundo" que anelou a ser divino. Mais: "Os fidalgos das outras nações parece que se contentam só com ser fidalgos; mas os Portugueses não se contentam só com serem, ou se reputarem pelos maiores fidalgos, se essa fidalguia não tiver uns pareceres de divindade"⁴⁵ (46). Como não considerar nefasto esta soberba capaz de "ocasionar o maior estorvo a nosso remédio"? Só não acontecerá isso, vai dissertando, se os fidalgos, "pelo que tem de adeusados, se chegam a desumanar, cortando por pontos de honra", de forma a ficarem "proporcionados pera obrar uma redenção como causas principais; e os outros homens só podem ser cooperadores dela como ministros menos principais"⁽⁴⁷⁾. Defende, na teia deste raciocínio, serem a mais valia da força da nação os nobres, porque, sendo adeusados, "sabem cortar por sua majestade" e pôr-se "no andar dos outros homens". Daí resulta que "só eles podem ser obradores principais dessa liberdade, e os mais homens ficaram sendo cooperadores e instrumentos menos principais desse resgate". Mais uma argúcia com que pretende explicar o fracasso dos motins de Évora em 1637, em que o povo se viu só em campo; e, "como não tem aqueles espíritos adeusados de fidalguia, não pôde ser a causa principal de uma redenção, e somente

(45) *Ibidem*, pp. 46-47.

(46) *Ibidem*, pp. 47-48.

(47) *Ibidem*, p. 48.

pôde ser cooperador dela". O contrário se verificou em 1640: "tanto que em Lisboa cortando pela grandeza dos estados, e arriscando o crédito de suas pessoas, os fidalgos se empenharam em nossa liberdade, logo ela se efectuou com o sucesso, que logramos; e o povo cooperou com as indústrias, que vimos". Se a união entre a nobreza e o povo foi necessária para a libertação de Portugal, a humildade da nobreza pergaminhada torna-se indispensável à conservação da liberdade recuperada. E nem se pense, continua, que semelhante atitude resulta em descrédito das pessoas. Outro alvitre, então, lhe ocorre fazer: os que de já serem tão grandes não podem crescer, ao servirem de redentores da pátria candidatam-se a "novos acrescentamentos"⁽⁴⁸⁾.

Como a fidelidade política constitui terreno escorregadio por "mui vidrento", tanto no negar como no duvidar, alerta para as injustiças e violências de que os "delírios populares" são capazes, pelo que convém não só nem fomentá-los nem aprová-los, por não serem "serviço de Deus nem do Rei"; antes "com exemplares castigos refreai semelhantes liberdades que, revestidas com a capa do zelo comum, são refinados ódios particulares". Mais: "e tão fora estão de serem fidelidades ao Reino, que é um modo de traição prejudicial, porque perturbam a República e os fiéis ficam afrontados; e se alguns não fossem tão fiéis, com tanta publicidade ficam impossibilitados a deveras se tomarem arrependidos". Faz mais outra advertência com a pergunta: "pera encomendar a todas as primosas e miúdas cautelas, com que havemos de viver no particular", não devem ser tais que desmintam às claras ao mais indiscreto juízo, por mais que se aposte a mostrar-se apaixonado?". Aborda, na resposta, o problema do peso do passado familiar, no presente do novo regime. Na circunstância, socorre-se da teologia da circuncisão, rito purificador instituído não "pera tirar pecados actuais, senão pera tirar pecados originais, pecados de origem contraídos por avoengos". De facto, ao passar-se de um regime a outro, entendia o vulgo zeloso que os militantes empenhados "em obras de redenção não somente não hão-de ter pecados actuais, mas nem ainda hão-de ter pecados de origem, ou verdadeiros ou imaginados"⁽⁴⁹⁾. A posição que toma o P. Jorge da Costa é propor uma solução conciliatória para quem acuse em seu passado a mancha

⁽⁴⁸⁾ *Ibidem*, p. 49.

^m *Ibidem*, p. 53.

do reconhecimento da soberania filipina: "Em Portugal, pela bondade de Deus, não haverá já ninguém que tenha pecados actuais na matéria de fidelidade a seu verdadeiro Rei e à sua pátria; mas não sei, se se poderá cuidar que poderá haver alguns pecados de origem, que por avoengos se derivam, a que vós chamais fado Castelhana. Pois, pera se tirar estes pecados de descendência, que ou verdadeiramente se dêem, ou com algum fundamento se imaginem, hão-se de fazer umas mostras tão públicas, e qualificadas, que desmintam e envergonhem a mais murmuradora suspeita. Que quem se empenha em uma redenção, não somente há-de fazer obras que cream, mas também que se vejam". Essa prova deve ser de sangue - agora que é passada a porta da "lei de cativo pera a lei da liberdade, da lei de temor Castelhana pera a lei de amor portuguez, da lei escrita, que tal era a de Castela, pois tudo governava por escritos, pera a lei da graça Portuguesa que tudo governa com assistências presentes, da lei pesada de escravos pera a lei amorosa de filhos" -, sangue a derramar-se nas fronteiras com Castela que cercam Portugal, para que ele franqueie a passagem "do não ser pera o ser, da enfermidade pera a saúde, do Egipto pera a terra da promessa"⁽⁵⁰⁾.

As advertências expostas a seguir chama "sangrias de saúdes", pois se destinam a conservar aquela que goza o reino. A primeira, de ordem geral, destina-se a todos, fidalguia e povo, pois até em quem corre o "sangue mais grosseiro" é-o "mui subido". Recorre novamente à mítica aparição de Ourique em que Cristo "deu seu sangue por armas a Portugal, e nele a todos os Portugueses um sangue tão esclarecido que chega a ser adeusado". Assim, receberam estes por herança, "sangue de Redentores, pera o despender na conservação" do reino resgatado. Ora, se alguém "não sentir em si estes impulsos de Redentor, é consequência infalível que não tem sangue português". E, se acaso o tem, deverá estar "corrupto com alguma doença de infidelidade", não havendo "outro remédio que tirá-lo à força de ferro, ou pera que sare o sujeito próprio ou pera que se não pegue a contagiar aos alheios"⁽⁵¹⁾. Alegorizando a redenção da humanidade operada por Cristo, com início ao nascer em Belém e consumada no Calvário, em que morreram inocentes e culpados, tal aconteceu, porque os primeiros morreram "às mãos de

(50) *Ibidem*, pp. 53-56.

(51) *Ibidem*, p. 56.

um tirano", Herodes, e os segundos, isto é, os ladrões suspensos da cruz, foram executados "às mãos da justiça zelosa". O que, acomoda o autor, reduzindo "à nossa redenção política, digo que os que morrem nas fronteiras às mãos da violência de Castela, usurpadora de reinos alheios, a fim de conservarem e acreditarem um Rei e Redentor de novo aclamado, estes tais morrem como inocentes, porque a causa por que morrem justifica de tal sorte, que não somente lhes tira qualquer sombra de culpa, mas parece que os põem no andar da inocência; e os que morrem em Portugal à mãos da justiça morrem como culpados, ou seja pelo crime de furtar ou pela aleivosia de trair, pera que não impeçam a nossa liberdade". A fim de concluir a pertinente asserção, acrescenta: "quem ajuda a uma redenção sendo leal, ainda que seja pequeno tem sangue para derramar, morrendo uma morte fidalga; e quem estorvava uma redenção, como traidor, não tem sangue para morrer como fidalgo, e só tem pescoço pera um barço, pera morrer como um infame"⁽⁵²⁾.

A defesa da redenção portuguesa, que implicava o fatal derramamento de sangue, importaria, no entender do orador, ser justificada a modos de uma teologia da libertação, *avant la lettre*. Nesse sentido, recorre a acomodações dos motivos que Cristo teve para derramar seu sangue pelo resgate da humanidade pecadora, a fim de que, acentua, "nos não entristecemos, antes nos alegremos, com se derramar"⁽⁵³⁾. A principiar, firma-se na razão de que Deus quereria esse resgate a custo de sangue, para ser "mais preciosa a liberdade da graça" em virtude de ter sido com "extremados riscos conquistada"⁽⁵⁴⁾. A deixa é, em simultâneo, um elogio da terra portuguesa: "Por conta de Deus, e do Céu nos apossamos deste Reino de Portugal que com muita razão posso chamar Paraíso, pois por respeito de sua frescura e apazibilidade imaginava a antiguidade que neles [*sic*] estavam situados os campos Elisios ou paraíso da terra, apesar da inveja Castelhana que, como nos usurpou o reino, assi nos queria usurpar esta felicidade, furtando-a a Portugal pera a sua Andaluzia". Só que Deus "por sua misericórdia, por suas despesas, por suas traças nos meteu de posse deste paraíso, já com seu braço poderoso nos restituiu nossa liberdade que por isso despregou o seu da Cruz, pera mostrar

(52) *Ibidem*, pp. 58-59.

(53) *Ibidem*, p. 60.

(54) *Ibidem*, p. 61.

que se com dous braços se empenhou a redenção do mundo, um deles deputava pera nosso resgate⁽⁵⁵⁾. Este prodígio, conhecido por milagre do Crucifixo, ocorreu em Lisboa, na manhã do primeiro de Dezembro de 1640, durante a procissão gratulatoria do feito restauracionista, presidida pelo arcebispo D. Rodrigo da Cunha, ao passar o cortejo frente à igreja de S. António, junto da Sé. Divulgado exaustivamente pela sermonária e literatura apologética aclamatoria, entrou na hagiografia da época, tomando-se uma das místicas alavancas de Portugal livre e independente por vontade divina, como, sem reservas, a nação crente acreditava que *in perpetuum* o seria, pois em Ourique fora vaticinado^{55 (56)}. Se a posse da liberdade do reino correria "por gostos de Deus", adverte o orador que não deve haver o menor descuido, mais empregar "todas as cautelas pera que de nosso sono se não levante a fraqueza Castelhana, como do sono de Adão se levantou a fraqueza de uma Eva". E, se nos chegar "a tentar com manha", não nos vença pela força; até porque não se temem "tanto as violências, com que Castela peleja, quanto as meiguices e palavrinhas doces, com que engana"⁽⁵⁷⁾.

O segundo motivo, por que o P. Jorge da Costa entende haver derramado Cristo seu sangue, é também o fundamento para outra sua advertência. Na verdade, o empenho posto por Portugal na defesa e conservação da sua redenção política importa que seja creditado pelo sangue que derrama, pois o sangue "que se desprende é argumento infalível e fiador abonado de fidelidades". De resto, acentua: "Só o sangue de nossas veias pode desafrontar o crédito Português que Castela tinha tão envergonhado"; os portugueses que estão em suas casas acredita-se que são fiéis à pátria, porém os que "derramam sangue nas fronteiras não só cremos que são fiéis, mas vemos a mesma fidelidade", e o que, "pela redenção de Portugal se desempenha com feridas nas fronteiras, não somente se crê que é fiel, mas vê-se e apalpa-se a sua fidelidade"; o sangue obriga a confessar "a um por traidor sem ninguém lhe perguntar", entendendo dessa forma que se em Lisboa não se podem descobrir deslealdades, sempre de temer, "lá em Eivas, à vista do sangue que se

(55) *Ibidem*, pp. 61-62.

(56) Ver J. Francisco Marques, *ob. cit.*, vol. II, pp. 227-228.

(57) *Sermão*, p. 62.

derrama, vieram-se a manifestar, quase sem ninguém as perguntar", tal esse sangue derramado "é exame rigoroso de aleivosias".⁽⁵⁸⁾

Se o terceiro motivo por que "Cristo derramou sangue foi para receber o nome real de Jesus que lhe assegura uma rica coroa que eternamente permanecesse e um reino que seria a sua igreja, também Portugal não poderia fugir das mudanças da fortuna se não tivesse por atlante da sua firmeza o sangue que nas fronteiras se derrama"^{58 (59)}. Aproveitando uma metáfora usada na medicina do tempo que denominava o sangue de carroça ou veículo de espíritos vitais destinados a animar as partes do corpo, afirma que a vida do reino só se manterá enquanto os portugueses "tiveram sangue pera lhe comunicar estes alentos vitais". Cercado de fronteiras em que se derrama sangue, o orador insiste em ligar a liberdade de Portugal a essas "carroças" que o comunicam a todas as partes onde a luta se trava. E, porque as carroças nas ruas "têm jurisdição" para fazer parar os que passam, dá a seus condutores um bom alvitre: os "que não cabem nas ruas, que saiam ao campo; e os que não couberem nas ruas de Lisboa, por serem estreitas, caberão na campanha do inimigo, por ser larga, onde poderão soar os mais belicosos ecos de suas espadas, do que os estrondos dos açoutes dos seus cocheiros". São essas "carroças de sangue", com seus espíritos vitais, que voltarão a "alentar Portugal, a quem Castela tinha morto", e as feridas recebidas nas fronteiras os testemunhos convincentes de "haver já ressuscitado"⁽⁶⁰⁾. Observa, porém, que só os que derramam esse sangue por amor, e não constrangidos, lhes transmitem essa força que dá vida.

Esta reflexão do oferecimento generoso da vida para defesa das fronteiras desliza, no discurso, para os subsídios materiais pedidos, e que nas cortes eram votados, merecendo-lhe um comentário genérico, mas nem por isso menos empenhado. Explora o autor, nesse sentido, uma argúcia retórica: "quem dá desobrigado tem razão de dar mais; e quem chega a dar obrigado parece tem obrigação de dar menos"⁽⁶¹⁾. Prova o acerto ao lembrar que "quem dá desobrigado respeita razões de amor, que de tal sorte dá tudo que já não pode dar mais; e quem dá obrigado respeita

⁽⁵⁸⁾ *Ibidem*, pp. 62-70.

^m *Ibidem*, p. 72.

^m *Ibidem*, pp. 72-75.

^w*Ibidem*, p. 77.

a outros títulos, que de tal modo dão, que ainda podem dar mais"/(62). Os *topos* teológicos da criação do mundo, da encarnação do redentor e da geração da essência divina permitem-lhe distinguir o que é dar como poderoso, como amante e como sábio. Da acomodação envolta em roupagem filosófica, deduz a recomendação seguinte, em que os visados estavam suficientemente retratados: "Os que pera a redenção de Portugal dermos a título de poderosos, e por conveniências de sábios, ainda poderemos dar mais do que damos; mas os que dermos por razões só de amor, de tal maneira daremos que não poderemos dar mais, do que damos, porque chegaremos a dar quanto podemos, e ainda quanto não podemos. Porque quem dá a título de amor, não somente dá tudo o que pode, mas ainda quanto não pode, não se contentando só com o que é possível, senão que chega a vencer as mesmas impossibilidades, porque assim como o poder tem por objecto o que é possível, o amor tem por objecto o que parece impossível, e assim a última esfera do poder é a primeira do amor"⁶² (63). Acaba a reflexão por fundir-se em apelo: se se contribuir "pera a redenção Portuguesa por conveniências de amor, não haverá quem não possa dar muito, porque o amor não só dá quanto pode, mas ainda quanto não pode. E assim nada é impossível a quem ama, porque o que é impossível ao poder, fica sendo possível ao amor"⁽⁶⁴⁾. O toque final parece ser sobretudo dirigido, sem menção de destinatário, ao clero - o braço social privilegiado com isenção de tributos -, pois diz num enrolado barroco gongórico: "Os que contribuirmos sem obrigação pera o subsídio do Reino, de tal sorte havemos de dar sem obrigação que pareça darmos como obrigados, pera que dando sem obrigação despendamos muito pelas mãos liberais do amor; e dando como obrigados, não apensionemos a quem damos em retornos de novas pagas. E com este estratagemas, por desobrigados, nos obrigaremos a dar muito, e por obrigados desobrigaremos aos outros, a que parece não fiquem com obrigação de tornarmos nada"⁽⁶⁵⁾.

⁽⁶²⁾*Ibidem*, p. 79.

⁽⁶³⁾*Ibidem*, p. 80.

⁽⁶⁴⁾*Ibidem*, p. 81.

⁽⁶⁵⁾ *Ibidem*, p. 82. Acerca das contribuições materiais de toda a nação para sustentar o esforço da guerra, ver os sermões do P. António Vieira: a *S. Roque* (16.08.1642) na casa professa da Companhia de Jesus, em Lisboa; e a *Santo António*

Volta de novo a fixar-se na defesa da fronteira portuguesa onde continua aberta a "veia a nosso sangue" que pode tomar-se "sangria comprida". O preço que isso representa "não é pera se entesourar, se não pera se despender". Com o preço do sangue de Cristo, pago a Judas pela entrega de Jesus, comprou-se "um campo pera jazigo de corpos mortos, a que chamaram o campo de sangue, ou seja, "de sepulturas e caveiras" - afinal, "campo de batalha"⁽⁶⁶⁾. Insiste, a propósito, que a aplicação do "dinheiro com que os Portugueses concorrem pera sua redenção dão-no como preço de sangue, o qual não é lícito entesourar nas arcas, [...] nem meter nas bolsas", antes ser rigorosamente gasto no esforço de guerra que se faz nas fronteiras⁽⁶⁷⁾.

A derradeira destas quatro advertências dirige-se a encorajar todo aquele que deseja "ter nome" e ambiciona glórias a comprá-las com essas feridas que acabarão por serem "preço barato, se com elas se merca um nome glorioso". Será assim, como Cristo o foi, salvador, pois seus merecimentos não reverteram para si, mas para os outros. Isso exigirá uma doação total, como o momento, aliás, carece: "Os que como Salvadores cooperamos com a salvação Portuguesa, hemos de ser tantos dos outros, que até o remédio de nossas extremas necessidades havemos de dirigir às utilidades comuns. Hão-de estar tão identificadas as utilidades do reino com nossas comodidades, que nem ainda possamos acudir ao preciso de nossas pessoas, senão com aquilo que for pera comodidades de Portugal"⁽⁶⁸⁾. E, para que nenhuma dúvida reste do grau da dádiva que a pátria reclama, acrescenta: "Daqui infiram alguns que se nem ainda nas cousas, que são precisamente necessárias, se pode aproveitar um Salvador pera si, sem as dirigir ao bem dos outros, que será nas outras cousas mais livres que ou redundam por supérfluas ou servem pera regalo. Entenda alguém, se porventura o houver, que não merece ter nome de Salvador Português, o que quer ser todo seu, não só em o necessário, mas ainda no supérfluo e, o que pior é, no regalado"⁽⁶⁹⁾. Não achando suficiente a advertência, completa-a com

(14.09.1642), na Igreja das Chagas, ambos publicados no mesmo ano em que foram proferidos.

⁽⁶⁶⁾ *Sermão*, p. 83.

⁽⁶⁷⁾ *Ibidem*, p. 84.

⁽⁶⁸⁾ *Ibidem*, p. 90.

^m *Ibidem*.

uma subtil recomendação a D. João IV, a fim de que não hesite premiar os que derramavam seu sangue nas fronteiras, mesmo que tais títulos nada acrescentem aos que, na realidade, já possuem. Este pensamento, como que obsidia o autor, ou seja, colocar em evidência o bem comum, suprema preocupação de todos. A apóstrofe sai-lhe, por isso, qual outro veemente grito acerca da finalidade maior da dádiva: "os que com generoso zelo professais ser Salvadores da liberdade Portuguesa, haveis-vos de prezar mais dos títulos que vos fazem solícitos de nossas comodidades, do que dos apelidos que assoalham vossas grandezas". E, cortante, remata: "Haveis de ter por essência ser solícitos do bem comum. E assim como a essência é tudo o que uma cousa é, e sem ela fica sendo nada, assim os Salvadores Portugueses, enquanto tiveram por essência o serem para todos, serão tudo; e, se lhes faltar esta essência, entendam que no mesmo ponto se reduzirão a nada"⁽⁷⁰⁾.

Terminam aqui, ditadas pela crucial conjuntura, as pertinentes *advertências políticas* do P. Jorge da Costa, em seu Sermão da Circuncisão, cujo simbolismo fora pormenorizadamente aproveitado. O fecho do discurso passará, e ainda numa linha coerente, a ocupar-se da exaltação da pátria portuguesa, do seu glorioso destino, da sua identidade histórica universalista, como sinal de eleição divina que torna indestrutível a sua independência e cabalmente justifica a sua liberdade restaurada. O palco onde, desde a origem até ao momento, essa sagrada escolha tem vindo a firmar-se de forma *prodigiosa*, são os campos de batalha: em sangue nasceu Portugal e pelo sangue heroicamente derramado perdurará, acentua o orador em seu escrito, a modo de peroração.

Identidade: mitos messiânicos

À epopeia sobrenatural de Cristo redentor da humanidade vinculou a pátria lusitana de cuja divisa e título passou a partilhar. Isso logo aconteceu, como aponta, "em nascendo Reino em o campo de Ourique que o declarou o Céu, com vaticínios soberanos, por Salvador das empresas transmarinas, e em particular das do Oriente". Como o de Cristo foi seu nascimento "juntamente em campo", tendo "por berço de

w Ibidem, p. 93.

sua criação a aspereza das armas/⁽⁷¹⁾. A luta travada com o aguerrido poder muçulmano proporcionou-lhe os "brincos" de sua primeira infância nesses "gloriosos despojos de Mauritanos estandartes, largados com afronta no campo por cinco reis vencidos" no meio de "rios de sangue", como "presságio" de "avantajados aumentos em as dilatadas esferas de suas conquistas"⁽⁷²⁾. Sendo sua intenção, como pregador, "fazer umas conferências do título de Salvador entre Cristo e Portugal", forçoso lhe foi lembrar, "por ir o tempo de guerra", que Cristo a quem Deus intitulou por Salvador, "em nascendo Rei", imediatamente "do mesmo céu apropriou ou delegou este ofício a Portugal, logo em nascendo Reino"⁽⁷³⁾. E querendo emprestar ao assunto um suporte jurídico, duas cousas aduz: "A primeira, que Cristo deu a Portugal as suas chagas por armas; a segunda, que com o braço se devolve o título e morgado, de tal forma que aquele que leva o braço da família leva ordinariamente o título que a ele anda vinculado"⁽⁷⁴⁾.

Sustenta a afirmação ao considerar que Cristo não tomara "outro sinal pera prova de ter resgatado o mundo, senão o das suas chagas", mostrando que "este era o único braço que tomava pera em todas as idades qualificar que fora Salvador do Universo". E, se apenas as deu por armas a Portugal, mostrou dessa forma "que só Portugal herdava com particular divisa o título de Salvador, e que em ausências de Cristo só Portugal em terra podia substituir com legacias tão gloriosas". Aproveita-se do inciso o autor para lembrar que o nome e o ofício de "ministros da salvação em partes do Oriente", onde, em particular, Portugal é herdeiro dessa missão, cabem por inteiro aos jesuítas que em terra portuguesa são chamados de apóstolos⁽⁷⁵⁾.

Não se fica por aqui o P. Jorge da Costa nas acomodações alegóricas da circuncisão de Jesus e das passagens evangélicas que o sagram Salvador do mundo cuja redenção lhe custou o próprio sangue que os judeus compraram por trinta dinheiros (Mt. 26,16). O recurso a mais uma de suas subtis agudezas retóricas permite-lhe mostrar como fora inevitável, da forma ocorrida, o cativo castelhano, para que resultasse

⁽⁷¹⁾ *Ibidem*, p. 94.

⁽⁷²⁾ *Ibidem*, pp. 94-95.

w Ibidem, p. 95.

w Ibidem, p. 96.

⁽⁷⁵⁾ *Ibidem*.

completa a semelhança com Cristo redentor, pois "quem há-de ser Salvador, parece que há-de incorrer nesta desgraça de alguma hora ser vendido". A prova é tomar por histórica a confissão atribuída ao monarca espanhol de haver recorrido, ele também, a meios corruptos quando pretendente à coroa lusa: "De Portugal dizia el-Rei Filipe o prudente, que o herdara, que o conquistara, que o comprara". E comenta: "Deixo os dous primeiros títulos, por falsos e admito o último por verdadeiro, e por muito misterioso. Porque foi grande mistério do Céu que Portugal fosse vendido como escravo, que não poderia lograr a dita de Salvador, se não incorresse na desgraça de vendido"⁽⁷⁶⁾. A circuncisão entende ser "ferrete de cativo", para que Cristo adquirisse o título de redentor com os "vilipêndios de cativo", aliás por baixo preço, e, ao depois, vendido como se escravo fosse.

O império ultramarino, assediado com êxito em partes diferentes dos três continentes por ingleses, holandeses e franceses, poderia, na estratégia otimista do autor, recuperar a integridade perdida, regressando à posse plena de quem o descobriu e conquistou em façanhas épicas. Nesta senda de esperança se recorta o fecho do discurso: "Assim Portugal não chegara cabalmente a comprar com as chagas de suas quinças a redenção do Oriente, se não fora por dinheiro vendido a Castela". Ora essa condição já a têm. Os resgates que faltam também se consumarão. E, com um elan enfático de contorno prosopopáico, termina com a invectiva: "Alegra-te Portugal, que se começaste em tempos antigos a redenção do Oriente, agora, pois já te não falta a condição de vendido, a há-de felizmente consumir. Muitos resgates te faltam ainda pera fazer, mas alegra-te, que todos há-de acabar. Anima-te, que ainda há-de resgatar na América o teu querido Pernambuco, que há tantos anos geme em poder de Holanda, sem haver quem o possa libertar. Ainda há-de resgatar o Maranhão, Angola, São Tomé, que foram tão mofinos, que a tua liberdade lhes ocasionou a miséria de cativos. Ainda há-de franquear a tua barra de Goa, antigamente senhora do Oriente e agora afrontosamente cega de uma violência poderosa. Ainda há-de remir aquela Fortaleza de Malaca, que tantas vezes em seus muros encerrou a Reis prisioneiros, e agora a mais soberba de suas torres, como cativa se sogeita a inimigos estandartes. Alenta Portugal as esperanças,

⁽⁷⁶⁾ *Ibidem*, p. 97.

que ainda há-de resgatar da Pérsia o teu Ormuz, o Comércio de teus mares, a passagem da China, a entrada do Japão. Agora finalmente há-de ser consumado Salvador do Oriente, pois já te não falta nada, visto que já foste vendido e já foste resgatado do cativoiro Castelhana"⁽⁷⁷⁾ 78. E não faltou sequer o aceno confiante, século a século repetido, do advento final da esperança maior: o vaticinado império universalista e messiânico que sagraria os portugueses, abonados pelas chagas de Cristo, "senhores da redondeza do mundo."⁽⁷⁸⁾

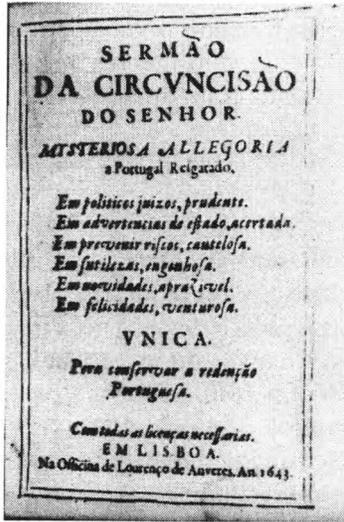
Conclusão

No longo discurso do jesuíta Jorge da Costa, o que no fundo se expende e entrecruza até à exaustão, em teia redundante e soporativa, é a memória e o esquecimento, o presente e o devir. A sombra do passado, por força do imperativo pragmático que o ditou, constitui poderosa alavanca de um Portugal resgatado em 1640, accionada pela sua mítica religiosa, legendário histórico e esforço heroico. Nesta forja, gerações sucessivas foram temperando o aço da identidade portuguesa que tornou a nação mais distante e idiossincriticamente diferente da Espanha vizinha, não obstante flutuarem as duas na mesma "jangada de pedra". De armas em riste para defender ou morrer pela autonomia recuperada com a ajuda divina e o "artifício humano", justifica-se o apelo insistente para que: por um lado, a comunidade esqueça a culpa dos que duvidaram ser possível a defesa e a traíram na crise de 1580 com atitudes de apoio ao domínio filipino; e, por outro, renasça a união de todos os corpos sociais, absolutamente indispensável, na hora incerta que se atravessava. O mito maior do destino pátrio, concebido e alimentado pela crença religiosa, continuava a ser a porta aberta à "História do Futuro", como António Vieira a visionava. Se, como pensa e afirma Jean Daniel, num editorial de *Le Nouvel Observateur* de Agosto último, "que les gens ne sont jamais tout à fait détachés de leurs mythes, et que les legendes peuvent être tout à fait identitaires", a independência de Portugal nunca será deixada cair quaisquer que sejam as pressões de factores

⁽⁷⁷⁾ *Ibidem*, p. 98.

⁽⁷⁸⁾ *Ibidem*, p. 99.

conjecturais⁽⁷⁹⁾. Ora, é precisamente com este guião que se reencontra, no essencial, a actualidade de textos como o do *Sermão da Circuncisão* que o P. Jorge da Costa escreveu e agora se trouxe à flor da lembrança.



Rosto da 1.ª edição

⁽⁷⁹⁾Le Nouvel Observateur, n° 2233 (23 au 29 Août 2007), p. 20.